



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Políticas sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano dos serviços 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Amanda Kelly da Costa Veiga
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano dos serviços 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-636-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.369212311>

1. Brasil - Política social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 338.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Políticas Sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano nos serviços 2* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São oito artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura e ensaios teóricos que colocam trazem contribuições importantes para o debate das políticas sociais no Brasil na contemporaneidade.

Neste contexto, temos o estudo bibliométrico e análise comparativa do rendimento acadêmico dos discentes cotistas e não cotistas, trazendo importantes contribuições na discussão de ações afirmativas no contexto universitário. Apresentamos também uma revisão bibliográfica no âmbito das Doenças Crônicas Não Transmissíveis especificamente a Diabetes Mellitus e o Programa Previne Brasil, seus mecanismos de financiamentos e as linhas de cuidado desse grupo em especial.

O artigo seguinte, trata especificamente dos resultados de uma pesquisa qualitativa, decorrente de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada de análise de conteúdo para tratamento dos dados. Já o quarto texto apresenta os resultados da pesquisa qualiquantitativa de campo realizada no âmbito de um Conselho Municipal de Assistência Social apresentando os impactos no financiamento e gestão dessa política no período estudado.

Temos ainda o artigo que coloca em evidência a política brasileira no período de 1995 a 2016 para o setor de energia elétrica. Trabalho de pesquisa de cunho histórico, observacional e comparativo, traz importantes contribuições à discussão da temática. O sexto texto, trata-se do ensaio teórico sobre a importância da gestão democrática no campo educacional, especialmente os conselhos escolares.

Apresentamos também o ensaio decorrente da utilização da literatura como ferramenta de análise da política no Brasil, especificamente os períodos de 1964-1985 e 2020 -2021, Ditadura Militar e Pandemia de Covid-19, respectivamente. E finalmente, temos o oitavo artigo que coloca em destaque o Projeto Padrinho e as questões relacionadas ao processo de adoção no Brasil.

Neste contexto, convidamos os leitores a conhecer os textos, experiências, discussões e resultados obtidos nesse momento de importante relevância para as políticas sociais no Brasil.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AÇÕES AFIRMATIVAS E DESEMPENHO ACADÊMICO NO IFES: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DOS COEFICIENTES DE RENDIMENTO

Odacyr Roberth Moura da Silva

Dayane Graciele de Jesus Miranda Contarato

Mara Cristina Ramos Quarteza

Shirlena Campos de Souza Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123111>

CAPÍTULO 2..... 17

GESTÃO EM SAÚDE – CUIDADO DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PREVINE BRASIL E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO PAÍS

Talita Fernanda Soares Freitas Andrade

Daniel Martins Borges

Josela Aparecida de Freitas

Mariana Orlandi Dias

Tatiane Queiroz Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123112>

CAPÍTULO 3..... 29

REFLEXÕES SOBRE AÇÕES DA PNAS/SUAS NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE UM CRAS

Luana Silva Ferreira

Alexsandra Maria Sousa Silva

Nádia Andreza Brandão Arcanjo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123113>

CAPÍTULO 4..... 40

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL PARA O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS-SC

Giulia Valentina Giacomolli Gisler

Fabiana Luiza Negri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123114>

CAPÍTULO 5..... 57

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A ENERGIA ELÉTRICA E AS CRISES DO SETOR: UM ESTUDO SOBRE O PERÍODO 1995-2016

Robson Luis Mori

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123115>

CAPÍTULO 6..... 69

DEMOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Beatriz de Oliveira Andrade

Leonardo Pereira Monteiro
Patrícia Luzorio Marques da Silva
Talita Faria dos Santos Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123116>

CAPÍTULO 7..... 80

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA BRASILEIRA PELOS OLHOS DE GEORGE ORWELL

Ingrid Rocha de Moraes

Jacir Alfonso Zanatta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123117>

CAPÍTULO 8..... 93

O DESCASO DO ESTADO COM O ABANDONO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
E A ESTIGMATIZAÇÃO DA SOCIEDADE COM CASAS HOMOAFETIVOS QUANDO
ADOTAR

Ághata Cristina da Costa Dupin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123118>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 108

ÍNDICE REMISSIVO..... 109

REFLEXÕES SOBRE AÇÕES DA PNAS/SUAS NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE UM CRAS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 30/08/2021

Luana Silva Ferreira

Faculdade Luciano Feijão (FLF)
Sobral-Ce

<http://lattes.cnpq.br/2712928803079691>

Alexsandra Maria Sousa Silva

Faculdade Luciano Feijão (FLF)
Sobral-Ce

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
<http://lattes.cnpq.br/0164303186358260>

Nádia Andreza Brandão Arcanjo

Faculdade Luciano Feijão (FLF)
Sobral-Ce

<http://lattes.cnpq.br/5028735639806044>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar alguns impactos das ações da PNAS para as famílias usuárias do CRAS. A relevância deste estudo está em contribuir com reflexões sobre a realidade vivida pelos beneficiários, refletir sobre a efetivação do CRAS, enquanto dispositivo da Proteção Social Básica (PSB) e os possíveis lugares das famílias em situação de vulnerabilidade social, nessa política cotidiana. A metodologia foi qualitativa, foram aplicados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, por meio de visitas domiciliares às famílias beneficiárias de um CRAS, localizado no interior do Ceará. Os dados foram sistematizados e organizados a partir da análise de conteúdo, a partir das

seguintes categorias: percepção das famílias e estratégias de fortalecimento. Foi possível perceber que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS tem muitos avanços no sentido de reconhecer a existência e as peculiaridades da família em condições de vulnerabilidade social. A participação da família no CRAS acontece através da presença de indivíduos que constituem as famílias. Por fim, reconhecer o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias, diretamente, pode contribuir com efetivação da oferta dos serviços prestados.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS; Família; Vulnerabilidade social.

REFLECTIONS ON PNAS/SUAS ACTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF FAMILIES BENEFICIARY OF A CRAS

ABSTRACT: This article aims to identify some impacts of PNAS actions on families using CRAS. The research study is to contribute with reflections on the reality experienced by beneficiaries, reflect on the implementation of CRAS, as a device of Basic Social Protection (PSB) and the possible places of families in situations of social vulnerability, in this daily policy. The methodology was qualitative, was a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview, through home visits to beneficiary families of a CRAS, located in the interior of Ceará. Data were systematized and organized based on content analysis, from the following categories: perception of families and strengthening strategy. It was possible to notice that the National Social Assistance Policy - PNAS has made many advances towards recognizing

the existence and peculiarities of the family in conditions of social vulnerability. The family's participation in CRAS takes place through the presence of an associate who selects them as families. Finally, recognizing the socioeconomic profile of beneficiary families directly can contribute to the realization of the provision of services provided.

KEYWORDS: CRAS; Family; Social vulnerability.

INTRODUÇÃO

Neste estudo abordaremos discussões sobre como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pode ser um agente promotor do processo de fortalecimento das famílias e quais os possíveis impactos na vida de seus usuários.

Desde o início, a PNAS vem assumindo um compromisso importante na sociedade, sendo uma política de destaque e alcançando grande abrangência no território nacional, visto seus resultados expressivos e a implicação na vida de muitos usuários (SCHMIDT; SILVA, 2015). A nova PNAS é um grande avanço em relação à seguridade social, com características próprias que legitima os sujeitos. Seus projetos e ações são idealizados a princípio destinados para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, com oportunidades para exercerem seu papel de cidadão com dignidade (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014).

As políticas públicas em geral vêm passando por mudanças significativas no decorrer dos anos. A PNAS em destaque vem com uma nova proposta, apresentando práticas opostas à caridade, a oferta de cestas básicas, práticas comuns em outros tempos, e estabeleceu o caráter preventivo para os usuários, com a promoção de bem-estar e considera vários aspectos como o sofrimento, a vulnerabilidade, a supressão, entre outros (BROGNOLI; SANTOS, 2016). De acordo com Scalon (2011) para analisarmos os impactos das mudanças sociais, é importante, antes de tudo, atentar para as maneiras como acontecem a distribuição de renda e o destino dos indivíduos em meio à sociedade, considerando ainda que a desigualdade social é uma impressão fortíssima da sociedade brasileira. Assim, a questão da desigualdade social vai além da escassez de recursos econômicos e por ser um processo social e histórico. No entanto, essa visão deve ser desconstruída, uma vez que é um trabalho lento e complexo que necessita das ações das políticas públicas à vontade dos sujeitos em vulnerabilidade e da conscientização da sociedade.

Em toda a América Latina, podemos constatar a presença da pobreza, uma vez que o continente sofreu com a invasão e a exploração de seus recursos e a construção de seus serviços, isso logo no início do desenvolvimento do continente, gerando grandes divergências para a população (OLIVEIRA, 2017). O autor afirma ainda que, em consequência, grande parte dos cidadãos brasileiros não escapa a essa realidade, apresentando péssimas condições de vida. Cada vez mais se percebem o agravamento e a diminuição das possibilidades sociais e econômicas. Com isso, grande parcela da

população experimenta todos os dias situações de exclusão ou nenhum acesso a seus direitos sociais, consequências essas advindas da pobreza.

Sobre esse último ponto, destacamos que ele deve ser visto em toda sua multiplicidade, pois é composta por vários aspectos sociais e sofre também com dimensões públicas. São atribuídos vários aspectos a esses sujeitos e uma identidade de dependência e submissão, acarretando sofrimento psíquico e social, implicando assim no crescimento e desenvolvimento dos sujeitos (MOURA JUNIOR et al., 2014).

Há influências na cultura do Brasil em torno dos acontecimentos decorrentes da colonização, industrialização e globalização. Todos os sujeitos que vivem na sociedade fazem parte da constituição da cultura. O Brasil é um país gigantesco de diversidades, marcado por diferentes valores, crenças e culturas, havendo um novo mundo em cada estado, diferentes costumes a cada região do país (STACCIARINI, 2013). Nos últimos anos, a forma como a distribuição de rendas vem acontecendo no Brasil torna-se desproporcional, pois se concentra na mão de uma pequena parte da população e aumentam assim as esferas da pobreza, colocando-as à margem. Com as mudanças na política econômica, acontecem muitas divisões e transformações econômicas e socioculturais. A desigualdade social aumenta, implicando na renda das famílias, limitando-se as possibilidades. São obrigadas a viverem com renúncias e abandonos, promovendo nessas famílias sentimento de diminuição contribuindo para a exclusão e submissão (GOMES; PEREIRA, 2005).

É um comportamento muito comum na sociedade atual aqueles sujeitos que possuem maior dominação tornarem-se distantes dos que necessitam de um suporte maior, acontecendo uma separação das classes. De acordo com a visão capitalista, a pobreza não se relaciona diretamente com questões econômicas de acúmulo de riqueza e, tomando como suporte o mesmo modo de pensar capitalista, as políticas sociais são elaboradas, apresentando peculiaridades demarcadas, dependentes das direções apontadas pelas estruturas plurilaterais (NASCIMENTO; SANTOS, 2017).

Apesar de o Brasil ser um país com bom posicionamento em relação à renda, se comparado aos outros, além da grande desigualdade na divisão de rendas, consequentemente passa a ter um elevado índice de pobreza (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016). Mas após as políticas públicas, a realidade de muitas famílias mudou. Houve uma queda significativa de dezesseis pontos desde 2002, ao passo que a taxa de extrema pobreza teve uma queda bem menor.

Segundo Pereira e Guareschi (2017), em nossa sociedade, é atribuído aos sujeitos e às famílias a responsabilidade pelas situações de vulnerabilidade em que se encontram. Consideram os problemas sociais, individuais e responsabilidade dos sujeitos as supostas falhas como consequência das dificuldades. Os autores Sicari, Oliviera e Pereira (2015) destacam que alguns profissionais nos dispositivos reproduzem práticas que propagam, de certa forma, a desigualdade social por terem comportamentos que refere à situação em que se encontram como autoria dos próprios sujeitos, omitindo o contexto social e histórico

e não considerando a dimensão social em que o indivíduo se encontra. As políticas sociais, por serem embasadas em uma visão contraditória ao capitalismo e por seu histórico de lutas e pactos sociais, contínuas e infindáveis, muitas vezes não representam então interesses de uma maioria populacional se levado em conta o histórico de proteção social oferecido pelo Estado brasileiro (MAURIEL, 2010). São atuais os debates nacionais referentes as implantações de políticas públicas voltadas à assistência social. Através dos movimentos sociais existentes no país, são necessários que se voltem à inserção nos espaços democráticos e lutas por um país onde as leis sejam na realidade inseridas corretamente dentro do dia a dia das famílias de nossa sociedade (SILVA, 2015).

É visto que a nova política propõe transformações no que confere a um caráter solidário e assistencialista como antes era comumente associado às práticas dos sujeitos que necessitavam de alguma assistência (SCHMIDT; SILVA, 2015). Ainda segundo o autor, ressaltamos o enfraquecimento das políticas assistencialistas na contemporaneidade. Elas nos apresentam como uma das causas o conhecimento de que tais ações acabam por reproduzir pobreza ao invés de combatê-la, como esperado. Todavia, perdura ainda a apreensão geral de que ações assistencialistas são de cunho “generoso”, tornando-a ainda bem quista ante a sociedade. Nesse sentido, torna-se interessante refletirmos sobre a abrangência da política de assistência social, para conhecermos quais as dificuldades apontadas pelos usuários, quais possibilidades, o que pode vir a melhorar. Mesmo sabendo que as famílias são o principal foco na política social, os estudos e avaliação consideram mais o olhar dos profissionais, sendo as famílias pouco consideradas (ANDRADE; MORAIS, 2017).

Visto que a Política Nacional de Assistência Social tem a família como o centro das discussões e formulação dos processos, devemos considerar todas as suas contradições. Cada família é única, mas muito do que é referenciado pelos membros é aprendido por meio do contexto em que vivem, refletido muitas vezes dos confrontos da sociedade na família e na subjetividade de cada indivíduo. Portanto, analisar as famílias é um passo crucial para desvendarmos muitos das indagações que surgem na caracterização das Políticas Sociais (PEREIRA; BRUN, 2018).

As questões familiares estão cada vez mais complexas devido às várias e rápidas mudanças que acontecem na contemporaneidade, implicando na dinâmica das famílias. É essencial que as famílias em situação de vulnerabilidade social recebam suporte e fortalecimento de vínculos (GOMES; PEREIRA, 2005). É uma questão complexa e contraditória quando se trata de assistência, pois de certa forma por não envolver todos os aspectos que surgem em decorrência da pobreza, os sujeitos podem se tornar dependentes, sendo interessante que a política de assistência social possa trabalhar aspectos de emancipação e autonomia, na qual o CRAS é um serviço que tem ferramentas para contribuir com tais práticas (SILVA, 2015). Com a implementação do CRAS, as famílias em situações de vulnerabilidade passaram a ter mais acolhimento e mais assistência. É,

portanto, um serviço que está mais próximo até mesmo das comunidades mais distantes (SOUZA; GONÇALVES, 2017).

Assim, este estudo tem sua importância a fim de que compreendamos a efetivação do CRAS, qual o lugar das famílias nesse dispositivo e quais as possibilidades oferecidas que impulsionem e estabeleçam o protagonismo. Além do mais, essas condições não devem contribuir para a dependência dos usuários, nem tornar o CRAS somente uma unidade assistencialista. É relevante que os usuários recebam mais informações e que os profissionais da área da assistência social possibilitem a eles novas formas de enxergar. Neste sentido, essa visão dos usuários não deve ser desconsiderada e/ou desconhecida, servindo de exemplo para atuação em outras unidades do país. Diante do exposto, o objetivo deste artigo é identificar alguns impactos das ações da PNAS para as famílias usuárias do CRAS.

METODOLOGIA

Este estudo é de base qualitativa (MARTINS, 2004) com vistas a refletir sobre processos por meio da de condutas dos indivíduos e grupos e sua vivência na sociedade. O processo de inserção durou seis meses em um CRAS, localizado numa cidade, no interior do estado do Ceará.

Foram aplicados questionários sociodemográficos para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias e entrevistas semiestruturadas (BONI; QUARESMA, 2005) com três representantes femininas de famílias, cadastradas no CRAS. As entrevistas aconteceram através de visitas domiciliares (AMARO, 2003). No caso desta última, o mais comum é como técnica de intervenção nas políticas públicas. No entanto, ressaltamos aqui a importância de considerá-la um importante instrumento de pesquisa, uma vez que ela pode nos aproximar mais da realidade vivida pelos sujeitos participantes. Os critérios de inclusão foram: utilizar o serviço por um tempo mínimo de um ano; estar em situação de vulnerabilidade e risco social; ter idade maior que 18 anos e menor que 80.

Os resultados foram avaliados por meio da análise de conteúdo, de Bardin (1997), com de apurar a fala de sujeitos reconhecidos e categorizá-las, para analisá-las. A partir de então, as articulações foram organizadas considerando a percepção das famílias sobre o CRAS. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma universidade pública, sendo aprovado com CAAE: 21845319.4.0000.5053.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A percepção das famílias sobre o CRAS

O objetivo da Proteção Social Básica (PSB) é prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, aspirando ao crescimento e desenvolvimento de

potencialidades (LOAS, 2005). Trata-se também das ações desenvolvidas as quais são promovidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e como as famílias são atendidas. Tais serviços são desenvolvidos pelo Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF (PNAS, 2005). Por fim, destacamos alguns aspectos, tais como deve ser o lugar da família na PNAS, como devem ser analisadas as ações e a importância de considerar a realidade de cada família.

| PARTICIPANTES | IDADE | TEMPO DE CRAS | CONFIGURAÇÃO FAMILIAR |
|----------------------|--------------|----------------------|------------------------------|
| <i>Maria</i> | 62 | Mais de 1 ano | Monoparental |
| <i>Tereza</i> | 30 | Mais de 1 ano | Tradicional/Nuclear |
| <i>Joana</i> | 28 | Mais de 1 ano | Monoparental |

Tabela 1: O perfil das entrevistadas

A PNAS/SUAS (2005) tem o intuito de atribuir uma nova identidade aos seus usuários, que antes das Políticas Públicas de Assistência Social eram vistos como miseráveis e necessitados e sofriam com a exclusão social. Após as ações do SUAS, eles tiveram uma significativa transformação na vida, passando a exercer o papel de cidadãos dignos e de direitos. São assegurados pelo sistema não somente condições básicas para a sobrevivência dos sujeitos, mas atividades que estimulem seu papel de cidadão na sociedade e desenvolvam a autonomia (SERPA; VIRGÍNIA; CAVALCANTE, 2015). Tem, pois, como propósito promover a territorialização, descentralização e intersectorialidade (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014).

Segundo Macêdo et al., (2018), as ações voltadas ao convívio familiar e comunitário visualizam os sujeitos em suas conjunturas e na dinâmica familiar, entendendo a concepção de família a partir da análise dos eixos de pertencimento, proporcionado laços afetivos e de identidade. De fato, devemos pensar na mais variadas formatações familiares, visualizando o protagonismo dos membros no fortalecimento dos vínculos citados. Este órgão demanda ações que desenvolvem as capacidades pessoais e comunitárias dos sujeitos, fortalecem os vínculos entre esses sujeitos e comunidade, além de possibilitar a informação à população do acesso aos seus direitos indispensáveis, dos quais, antes, a grande maioria dos indivíduos carentes não tinha conhecimento e/ou nenhum acesso (LOPES, FERREIRA; FRIEDRICH, 2018).

Os serviços e ações oferecidos no dispositivo contemplam demandas relacionadas à alimentação, saúde, medicamentos, transportes, questões das relações familiares, violência, tráfico de drogas, estudos, morte, entre outros (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014). Disponibiliza o Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF (PNAS, 2005), programas de inclusão produtiva e projetos de infraestrutura da pobreza, centros de convivência para idosos, serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos para

crianças de 06 a 14 anos, programa de incentivo ao protagonismo juvenil e Centro de Informação e de Educação para o trabalho, entre outros (REIS; CABREIRA, 2013). As participantes, ao serem questionadas sobre quais serviços conheciam e quais elas utilizavam, ficaram bastante pensativas. Em relação à participação das famílias, de todas as entrevistadas, apenas um indivíduo da sua família participou ativamente de alguma atividade no CRAS. Joana destacou não conhecer outros serviços, ao não ser os grupos do SCFV dos quais suas duas filhas participavam. Assim, Maria (2019) pontuou: *“Serviço aqui eu não conversei direito com as meninas pra saber, o que eu conheço mais é quando têm esses eventos, festas com os idosos, aí a gente vem, aí tem brincadeira, festa junina que eles fazem aqui”*. A participante falou sobre a experiência indireta de alguns momentos que viveu no grupo, sempre fazendo referência a sua neta. Quanto a sua experiência direta, ela reconheceu *“Eu não participo de grupo, eu venho quando sou convidada, que elas vão fazer brincadeira aqui, ou quando elas vão sair pra fora pra essas brincadeiras, aí eu venho e acompanho ela, minha neta”*.

Outra participante já conseguiu trazer experiências mais pessoais, quando afirmou *“Conheço o Bolsa Família, cursos, grupos para as crianças, idosos”* (TEREZA, 2019). Pelas palavras, percebemos o modo como se manifesta a participação das entrevistadas nas ações relacionadas ao CRAS, o que nos aponta a questão da participação efetiva e conhecimento da política como temática a serem trabalhadas junto à comunidade e famílias. Segundo Pereira e Guareschi (2016), a escassez de conhecimentos sobre as várias ações oferecidas deve ser tratada como uma questão histórica, muitos indivíduos brasileiros ainda compartilham de uma visão assistencialista em relação à PNAS, devemos considerar que levará um tempo para ser desconstruído essa visão pela maioria dos brasileiros, sendo confundida assim com muitos aspectos, acreditando ter essencialmente o direito ao benefício, e essa obtenção entendem como uma bondade e solidariedade por parte do governo e profissionais da Assistência Social.

Os sujeitos participantes do SCFV são organizados por faixas etárias, de acordo com as particularidades. As atividades são programadas de forma coletiva; o técnico de referência, os orientadores sociais e os sujeitos devem ser presentes. O trabalho é programado em etapas, procuram despertar as trocas culturais e a partilha de vivências, reforçar juntamente com os beneficiários o sentimento de pertença e a identidade, fortalecer os vínculos familiares visando impulsionar a socialização e a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2005).

As participantes trouxeram de forma explícita a mudança das ações desenvolvidas pelo SCFV na vida de seus filhos e neta. Tereza relatou que, depois que seu filho passou a participar, viu muitas mudanças positivas, avanços em relação à timidez e à socialização, disse *“ele sempre teve dificuldade em dizer algumas palavras, com a comunicação, era tímido, não colocava a sua opinião, e quando ele começou a participar do grupo senti que ele melhorou muito”* (TEREZA, 2019). Joana sinaliza que o CRAS *“só veio para melhorar,*

melhor do que tá batendo perna no meio da rua, vejo coisas boas pra meninas” (JOANA, 2019). Maria relatou que é muito bom para sua neta *“porque ela é separada de pai e mãe, e ela bota muita coisa na cabeça e as meninas aqui ajudam a tirar”* (MARIA, 2019).

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS em questão, são trabalhadas as necessidades das crianças a partir de demandas da comunidade e do território, algo visualizado a partir da participação e expressão deles, assim são escolhidos temas que envolvam demandas dos participantes. No mês em que a pesquisa foi realizada, questões temáticas como a cultura de paz foram exploradas. A funcionalidade do grupo se dá inicialmente por um momento teórico que gera reflexões entre as crianças. Depois, há o momento de brincadeiras e jogos, parte lúdica que estimula a socialização, expressão, oralidade, desenvolvimento e criatividade. Algumas vezes, realizam momentos de jogos na quadra esportiva mais próxima.

Em relação ao vínculo das beneficiárias com os profissionais, as três entrevistadas destacam ter boa relação, mas sem muitos comentários. Maria resumiu a *“as meninas aqui tudo conheço, elas são ótimas pessoas”* (MARIA, 2019). Tereza disse *“me dou bem”* (TEREZA, 2019). Joana relatou que *“não é muito de contato com eles não”* (JOANA, 2019). Muitos dos entrevistados destacaram ter boas relações com os profissionais, entretanto não possuem relações interpessoais diretas, e não conhecem a equipe completa.

Andrade e Morais (2017) destacam a importância de haver uma maior proximidade dos profissionais com os usuários e entender as causalidade que os levaram a procurar o serviço, bem como visualizar a singularidade, a vulnerabilidade e as potencialidades de cada sujeito. Destacam-no indispensável para práticas e pesquisas exitosas atentando para o conhecimento da concepção dos usuários e reconhecendo a importância destes para a qualidade do serviço. Em relação à importância do CRAS e de suas ações para sua família, Maria destacou *“o CRAS é bom, porque mesmo que nenhum familiar meu esteja recebendo benefício do Bolsa Família, mas assim quando a gente quer resolver um problema de confusão de criança, de adulto, é bom porque eu já vim atrás”* (MARIA, 2019).

É interessante a forma com que os beneficiários se expressam e pontuam as mudanças, podendo ser percebida a relação com o que é exposto na cartilha e direcionado para os profissionais poderem atuar no CRAS, de modo que eles reconheçam quais ações há maior efetivação e quais precisam ser mais discutidas.

De acordo com as ideias de Pereira e Guareschi (2017) em torno das discussões, são desenvolvidas novas formas de perceber a família, vislumbrando assim os diversos graus de parentescos, o que liga os sujeitos e o que eles consideram uma família. Isso se alinha ao que o SUAS tem como objetivo. Assim, ajustando-se à PNAS, analisar e intervir junto com as famílias usuárias requer flexibilidade, pois a ideia de família modelo não se encaixa mais em nossa sociedade, considerando que, além de ser um espaço de amor e zelo, é um espaço de contradições.

A família tem sido muito importante para auxiliar os sujeitos no combate às mazelas

sociais. Em parte, na ausência de políticas sociais efetivas e em situações complicadas, a família torna-se suporte essencial, especialmente crianças e adolescentes que ainda estão em processo de formação de conceitos importantes que direcionam as atividades dentro da sociedade. Como discutido, a família é bastante necessária nas políticas sociais, mas é importante também conhecer a fundo a família em questão, para que ela consiga atuar e realizar bem seu papel, visando possibilidade de garantir integração social e a evolução pessoal dos integrantes (LOLIS; KURIKI, 2012). Nesse sentido, Joana traz em sua fala que percebe o CRAS como *“um ambiente familiar, e até agora não tem o que reclamar não, porque ocupa a mente das crianças e dos adolescentes. Isso só veio para melhorar”* (JOANA, 2019).

Andrade e Morais (2017) evidenciam que a família torna-se figura de destaque, pois contempla o sujeito, as suas características e o meio em que o sujeito tem como primeira referência, no caso a família, na qual cada uma tem suas características e não deve ser considerado somente um objeto que possibilita realizar as ações e metas, mas sim como componente estratégico e participativo de seu desenvolvimento e protagonista das transformações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre Políticas Públicas é uma temática importante para formação acadêmica, científica e social, principalmente por vivermos na América Latina e no Brasil, com o contexto social marcado pela pobreza, desigualdade social e concentração de renda. Com este estudo foi possível analisarmos que a PNAS tem muitos avanços no sentido de reconhecer a existência e as peculiaridades da família beneficiária do CRAS. Por outro lado, os beneficiários reconhecem essa prática, ao passo que gera impacto positivos para o desenvolvimento dos sujeitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Reconhecemos que explorar de forma mais estreita o perfil socioeconômico das famílias auxilia na organização dos serviços. É preciso investir nessas ações, programas e políticas visto que muitos sujeitos ainda não conhecem devidamente seus direitos e o enxergam a partir da perspectiva do favor, aspecto este que precisamos ainda evoluir.

Desta forma, torna-se significativo dialogar com temáticas necessárias, de maneira crítica e de modo a construir novos conhecimentos. Outra dimensão importante está em continuarmos os estudos sobre o vínculo entre os profissionais e as famílias beneficiárias, ressaltando que isso envolve questões complexas inseridas nos artigos e cartilhas que direcionam às práticas. Podemos ainda constatar uma necessidade de analisá-las na vivência cotidiana, o que facilita a aproximação e pode contribuir com o avanço e desenvolvimento das famílias e da política.

REFERÊNCIAS

- AMARO, S. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre. AGE. 2003
- ANDRADE, A. G. S.; MORAIS, N. A. **Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, vol.37, no.2, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1997.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais**. *Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n.1, 2005.
- BROGNOLI, F. F.; SANTOS, S. A. **O trabalho social com as famílias**. Uma análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família – PAIF. Um estudo bibliográfico. 2016.
- FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. **Para além da renda: Uma análise de pobreza multidimensional no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, volume.31, no.92, 2016.
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, vol.10, no.2, 2005.
- MOURA JUNIOR, J. F. et al. **Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial**. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, vol.22, no.2, dez. 2014.
- KOELZER, L. P.; BACKES, M. S.; ZANELLA, A.V. **Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio**. *Gerais: Revista interinstitucional*, p. 132-139, 2014.
- LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS)**. Brasil, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, DF, 2005.
- MAURIEL, A. P. O. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. *Revista Kátal*, Florianópolis, volume.13, n.2, 2010.
- MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.30, n.2, p.289-300, 2004.
- NASCIMENTO, E. P.; SANTOS, T. M. S. **O assistencialismo e a influência da “economia política da pobreza” no Brasil contemporâneo: Um estudo do Programa Bolsa Família**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- OLIVEIRA, R. C. **Vulnerabilidade social e juventude: Um estudo de suas dimensões e impactos**. VIII Jornada internacional de políticas públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- PEREIRA, V. G. C.; BRUN, A. B. B. **A assistência Social no Brasil: Os desafios e perspectivas do PAIF na proteção e o atendimento integral a família**. *Caderno Humanidades em perspectivas*, v.2, n.2, 2018.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. **A psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais.** Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, vol.29, 2017.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. **O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento.** Fractal: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, vol.28, no.1, 2016.

REIS, R. G.; CABREIRA, L. **As políticas públicas e o campo: e o psicólogo com isso?** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, vol.33, no. spe, 2013.

SCALON, C. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: para um debate.** Contemporânea. Revista de Sociologia da UFScar, São Carlos – São Paulo, v.1, n.1, 2011.

SCHMIDT, J. A. C.; SILVA, M. M. **A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público.** v.18, n.1, 2015.

SERPA, V.; VIRGINIA, C.; CAVALCANTE, S. **Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia – um dispositivo biopolítico.** Revista Subjetividades, Fortaleza, vol.15, no.3, 2015.

SICARI, A. A.; OLIVEIRA, T. R.; PEREIRA, E. R. **Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos.** Revista da SPAGESP, Ribeirão Preto, vol.16, no.2, 2015.

SILVA, C. G. P. P. **Trabalho do assistente social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): uma questão de habitus.** Londrina, Paraná, jun.2015.

SOUZA, R. F.; GONÇALVES, A. L. V. **A mesmice identitária: A (im)possibilidade de emancipação na política.** Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, vol. 29, 2017.

STACCIARINI, I. C. **Características das famílias em vulnerabilidade social no Brasil e em Brasília: desmembrando o cenário da pobreza e extrema pobreza.** Comunicação e Mercado/UNIGRAM, Dourados, vol.2, n.05, p. 07-19, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abolição da escravatura 2
- Ações afirmativas 1, 2, 3, 9, 10, 14, 16
- Adoção 42, 66, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107
- Agência Nacional de Energia Elétrica 59, 67
- Agentes produtores 70
- Análise de conteúdo 29, 33, 38
- Atenção Primária à Saúde - APS 17, 18, 20, 27

C

- Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI 77
- Colonialismo opressor 70
- Comitê de Monitoramento do Setor de Energia Elétrica 62
- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS 40, 41, 55, 56
- Conselho Nacional de Política Energética 59, 67
- Conselhos de políticas sociais 41, 42, 43
- Conselhos escolares 69, 70, 76, 77, 78
- Constituição Federal 41, 56, 59, 71
- Controle social 40, 41, 42, 43, 46, 55, 56

D

- Declaração de Alto Nível na Organização das Nações Unidas 18
- Desigualdade social 30, 31, 37, 45
- Diabetes Mellitus - DM 17, 18, 19, 24, 27
- Discriminação racial 2
- Ditadura Militar 80, 82, 84, 86, 87, 89
- Ditadura no Brasil 75, 82, 84
- Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT 18, 27

E

- Energia elétrica 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
- Escolas 9, 10
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 101, 102
- Estudo bibliométrico 1, 3, 14

G

Gestão democrática 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79

H

Hipertensão Arterial Sistêmica 19

L

Lei de concessões 59

Lei de cotas 2, 8, 11, 12, 14, 16

Lei orçamentária anual 41, 43, 44

M

Marco legal 2, 59

Marco regulatório 57

O

Orçamento público 39, 40, 41, 43, 45

P

Pesquisa quali quantitativa documental 40

Plano Plurianual 41, 43, 56

Política de assistência social 32, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 55

Política municipal de assistência social 40, 41, 46

Política Nacional de Assistência Social - PNAS 29, 30, 32, 38

Política neoliberal 42, 45

Políticas sociais 20, 31, 32, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 55, 56, 108

População negra 2, 16

Privatização 28, 42, 55, 57, 59

Processo de escolarização 70

Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF 34

Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais 60

Programa de Saúde da Família - PSF 20

Programa Nacional de Desestatização 60

R

Restrição de acesso 2



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021